

AS ELEIÇÕES NA GUINÉ-BISSAU E O FUTURO PRÓXIMO

Elections in Guinea-Bissau and the near future

Kamilla R. Rizzi¹

O simples fato de as eleições na Guiné-Bissau, realizadas em 26 de julho passado, se encerrarem de forma pacífica, por si só já é uma vitória do povo guineense. O imediato período anterior foi marcado por uma série de assassinatos políticos, incluindo o do General Batista Tagme Na Waie e do presidente, João Bernardo Vieira (noite de 2 de Março) que puseram em xeque (mais uma vez) a democracia no país. Assim, a própria aceitação da derrota, por parte do candidato Kumba Yala (ou simplesmente Ialá) – figura política volátil, ex-presidente entre 2000 e 2003 – da vitória do candidato Malam Bacai Sanha (apoiado pelo PAICG), com 63,31% dos votos, é motivo de otimismo na comunidade internacional. O novo presidente, que tomará posse em 8 de setembro de 2009, escolheu o reformista Carlos Gomes Júnior como seu primeiro-ministro.

A reação da comunidade internacional, num misto de otimismo e alívio, se completa com a sensação de alerta permanente, considerando a urgência da implantação do pacote de reformas financiado internacionalmente – incluindo a reestruturação das Forças Armadas.

Crise na origem

A evolução histórica recente da Guiné-Bissau ajuda a explicar esta conjuntura de crise. O país nasceu de uma longa guerra de libertação contra o domínio colonial português. Durante a luta, o líder da guerrilha Amílcar Cabral criou células revolucionárias em todo o país, sob a égide do Partido Africano para a Independência da

¹ Doutoranda em Ciência Política no IFCH/UFRGS e Pesquisadora Associada do NERINT/ILEA – UFRGS. E-mail: kamillarizzi@hotmail.com.

Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Sua ação foi relativamente bem sucedida, tanto que, no momento da saída das tropas portuguesas, boa parte do território guineense estava controlada pelo PAIGC. A independência da Guiné-Bissau foi declarada em 24 de setembro de 1973, mas somente reconhecida por Portugal em 10 de setembro de 1974.

Amílcar foi morto em janeiro de 1973 e sucedido na liderança pelo seu meio irmão Luís. Nos anos posteriores à independência, Luís Cabral transformou essas células em um canal de informação e segurança, a partir de um cálculo político: Cabral – cuja origem remete à elite crioula de Cabo Verde – estava preocupado com o poder de um exército dominado pelas camadas mais baixas e sem educação da sociedade guineense. Um programa de reconstrução nacional e de desenvolvimento, de inspiração socialista (com o apoio da União Soviética, China, e Cuba) teve início, mas suspeitas e instabilidade tinham-se instalado no partido desde a morte de Amílcar Cabral e da independência. Algumas facções do partido acusaram Luís Cabral e outros membros com origens cabo-verdianas de dominarem o PAIGC. Foi nessa altura que, usando esta justificativa, João Bernardo Vieira (o Nino Vieira), Primeiro Ministro de Cabral e antigo comandante das Forças Armadas, organizou o Golpe militar de 14 de Novembro de 1980. Sem derramamento de sangue, esse golpe levou à desvinculação do PAIGC de Cabo Verde, que preferiu se tornar um partido separado. A constituição foi suspensa e um Conselho Militar da Revolução (com nove membros, liderado por Nino Vieira), se formou, sendo que em 1984, uma nova constituição foi aprovada, fazendo o país retornar a um regime civil, sob a presidência de Nino. O novo presidente, após uma tentativa de golpe de Estado em 1985, distanciava-se sensivelmente das linhas socialistas e voltava-se mais para o Ocidente. Em fevereiro de 1989, remodelações ministeriais tiveram lugar e foram seguidas por eleições legislativas e presidenciais das quais Nino Vieira foi eleito por unanimidade (seja ao nível da Assembleia Nacional Popular, seja ao nível do Conselho de Estado).

Embora o regime de Nino Vieira tenha se caracterizado por acusações de eliminação dos oponentes políticos (e dissidentes), não devem ser ignoradas as reformas no setor da saúde e medidas para o aumento da produção agrícola e

diversificação da economia. Contudo, a performance econômica continuou a ser baixa e o país continuou a depender da ajuda externa, para gerir os déficits crescentes.

Mas as Forças Armadas nunca perderam o senso de altivez e de direitos, a partir de sua experiência de lutas na guerra de libertação – vale lembrar a equiparação de poderes ainda hoje existe na Guiné-Bissau entre o Presidente e o Chefe das Forças Armadas. Esta coexistência de um exército de libertação e um partido de cunho socialista no governo acabou por favorecer execuções e assassinatos políticos, que abrangem o período compreendido entre meados da década de 1980 a março 2009 (expurgas de oficiais, assassinatos, perseguições).

Na década de 1990, a Guiné-Bissau rumou à democracia multipartidária, com o fim da proibição dos partidos políticos em 1991; as eleições se realizaram em 1994. Nino Vieira recebeu 52,02% dos votos contra 47,98% de Kumba Ialá, um ex-palestrante de filosofia e candidato do Partido Renovador Social (PRS) o segundo turno e tomou posse em 29 de setembro de 1994, como o primeiro presidente democraticamente eleito da Guiné-Bissau. Uma insurreição militar em junho de 1998, liderada pelo general Ansumane Mané², levou à deposição do presidente Vieira (que se exilou em Lisboa) e a uma sangrenta guerra civil. Mais de 3 mil estrangeiros fugiram do país. O conflito somente se encerrou em maio de 1999, quando Ansumane Mané entregou a presidência provisória do país ao líder do PAICG, Malam Bacai Sanhá, que convocou eleições gerais.

Em 2000, realizaram-se as eleições e Kumba Ialá, do Partido da Renovação Social (PRS), foi eleito, derrotando Sanhá com 72% dos votos. Ialá formou um governo de coalizão entre o PRS e a Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá. Em novembro de 2000, Ansumane Mané foi morto por tropas oficiais em uma fracassada tentativa de golpe.

Em setembro de 2003, teve lugar um novo golpe encabeçado pelo general Veríssimo Correia SEABRA, durante o qual os militares prenderam Kumba Ialá.

² Este levante militar, bem como a maior parte dos demais, se originou no descontentamento existente nas Forças Armadas do país, como “forma de proteção”, por parte de seus membros.

Henrique Rosa foi colocado como presidente provisório até novas eleições. Em março de 2004, o PAIGC venceu as eleições na Assembléia Nacional ficando com 45 das 100 cadeiras em disputa. O PRS, segundo mais votado, obteve 35 cadeiras. O líder do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, foi indicado como primeiro-ministro.

Em 2005, Nino Vieira retornou à Bissau e se candidatou à presidência nas eleições daquele ano. O PAIGC, seu antigo partido, apoiou o ex-presidente interino Malam Bacai Sanhá. No segundo turno, em julho, Nino derrotou Sanhá com 52,35% dos votos, e tomou posse como presidente em 1º. de outubro seguinte. Em 28 de outubro, Nino Vieira anunciou a dissolução do governo do Primeiro-ministro Carlos Gomes Junior, seu rival, citando a necessidade de manter a estabilidade; em 2 de novembro, nomeou seu aliado político Aristides Gomes para o cargo. E assim o governo evoluiu para a crise de março deste ano, com os dois assassinatos. Em junho, três meses após as mortes de Vieira e do General, outros políticos e aliados de Vieira, no exército, foram assassinados.

Além disso, o aparecimento de redes de tráfico de droga no país, desde 2004, levantou a suspeita da transformação de facções rivais dentro das Forças Armadas em “milícias” a serviço do tráfico internacional. O Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC) afirma que a Guiné-Bissau está se tornando o mais novo Narco-Estado mundial, estimando que aproximadamente 40 toneladas de cocaína transitam pelo território guineense por ano, que é rota do tráfico internacional, originado na América do Sul com destino na Europa³. Segundo o estudo, o tráfico fomenta a instabilidade no país, já que alguns membros do Exército facilitam o comércio ilegal garantindo a passagem de barcos e aviões que levam milhões de dólares em drogas. No ranking sobre Percepções da Corrupção da Transparência Internacional 2008, a Guiné-Bissau ocupa a posição 158 de um total de 180 países, sendo também classificado

³ BERNARD, Emanuelle. “Guinea-Bissau: drug boom, lost hope”. Democracy News Analysis, 13/09/2008. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/article/guinea-bissau-drug-boom-losthope>> Acesso em: 10 ago. 2009.

como “Not Free”⁴. Nos últimos anos, a corrupção generalizada tem sido ampliada através da ação dos cartéis de drogas, infiltrados nas Forças Armadas, administração civil e mesmo no poder judiciário.

Esse contexto obscuro põe a comunidade internacional ainda em alerta, já preocupada com a situação política do país. O otimismo se mescla à preocupação e cautela. O fato de ninguém reivindicar a responsabilidade pelos assassinatos quer do Presidente ou do Chefe das Forças Armadas, é sintomático. Ainda não são conhecidos os responsáveis, mas é certo que os autores dos recentes atos de violência – sejam eles quem for, continuam a fazer parte do quadro de poder do país, ou nas Forças Armadas, ou na administração civil.

Os desafios econômicos e a reforma necessária

Além de uma dimensão geográfica reduzida (36.000 km²) e uma população limitada e jovem (1.600.000 habitantes, sendo 480.000 de ativos economicamente, em 2006) – fatores favoráveis a um desenvolvimento rápido e controlado – a Guiné-Bissau dispõe de vantagens reais: a costa marítima aberta para as Américas e à Europa, recursos abundantes e preservados que apresentam um forte potencial econômico (agricultura, pesca, setor de minas, energias renováveis e o turismo), bem como uma identidade nacional sólida que integra uma grande diversidade cultural e a associação à Lusofonia e Francofonia.

A massa salarial dos funcionários públicos (75% do orçamento do Estado) e a dívida externa (total de 317% do PIB) continuam pesando sobre as finanças públicas, que têm dificuldades em garantir a regularidade do pagamento dos salários dos funcionários e dos próprios militares (gerando mais um ponto de atrito com as Forças Armadas). O Estado, assim, é confrontado com esses desafios na estabilização nacional, como a utilização do território nacional como ponto de trânsito para a Europa dos tráfegos ilícitos (drogas e migrações clandestinas). A “Estratégia Nacional de

⁴ Map of Freedom 2009. Disponível em:
<<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=22&year=2009&country=7619>>.
Acesso em: 09 ago.2009.

Redução da Pobreza” (DENARP), lançada pelo governo guineense em 2006, tem buscado apoio internacional, no sentido de lançar o desenvolvimento econômico como base da evolução do país. Intensamente dependente da ajuda externa, a Guiné-Bissau tem necessidade de manter um diálogo constante com a comunidade internacional, diálogo esse que tem sido perturbado eventualmente devido à instabilidade ou carências em termos de governança.

A comunidade internacional tem três prioridades no país: por um lado, ajudar a elucidação dos crimes de março de 2009, para que não caiam no esquecimento ou na impunidade; por outro lado, apoiar o processo de profissionalização do exército nacional, a partir das reformas⁵. Esse procedimento já está em curso, de forma discreta, mas tem sido objeto de resistência por parte dos militares, especialmente dos cargos mais elevados, que vêm, dessa forma, seu poder de influência diminuído. Essa resistência em si demonstra a importância da reforma, pois aqueles que se opõem a elas são exatamente os envolvidos na rede de crimes e tráfico de drogas, em regiões no interior do território (os serviços de segurança, estatizados, também devem entrar nesse processo). E por último, continuar oferecendo apoio, como tem ocorrido ultimamente (doações de alimentos, remédios e suporte político). As Nações Unidas (através de suas agências e da ação da UNOGBIS), o Banco Mundial e a União Européia tem sido as principais fontes de ajuda internacional do país.

O Brasil, em especial, tem redirecionado sua relação com a Guiné-Bissau

⁵ Entre os principais pontos previstos na reforma das Forças Armadas e da segurança na Guiné-Bissau estão: a) redução de efetivo de 10.000 para 3.400 homens; b) serviço militar obrigatório; c) redução e modernização das diferentes forças policiais no país, harmonizando e extinguindo outras, para a criação da Guarda Nacional Republicana (atualmente, o país conta com a polícia de proteção pública, polícia judiciária, polícia de trânsito, polícia de intervenção rápida, polícia marítima, guarda-fiscal e guarda florestal); d) criação de uma Escola Nacional da Polícia na Guiné-Bissau; e) modernização do setor judiciário, com a construção da primeira prisão de alta segurança; f) promoção de um recenseamento dos Combatentes da Liberdade da Pátria (veteranos de guerra); g) criação de mecanismos de ocupação dos soldados em tempo de paz, com o objetivo de prepará-los para missões humanitárias e de produção dos seus bens de consumo; e h) estabelecimento de um equilíbrio étnico nas Forças Armadas (dominadas atualmente por indivíduos da etnia Balanta) e a elevação da escolaridade no exército.

desde 2003, dentro da revitalização da política africana do Brasil, implementada pelo governo Lula. A Missão do Brasil na Organização das Nações Unidas preside os trabalhos da Comissão para a Construção da Paz da ONU (CCP) para a Guiné-Bissau desde 2008 e tem contribuído com subsídios de mantimentos, parcerias no âmbito da saúde – especialmente no combate ao HIV/AIDS – e mesmo urnas eletrônicas nas recentes eleições. A cooperação também tem se estendido no âmbito da CPLP e do Fundo IBAS. Como afirmou o Chanceler Amorim, a colaboração brasileira com a Guiné-Bissau (e a África num geral) é de cooperação “direta” e não de estratégia global. Isso se explica, em parte, pelas ligações históricas entre as partes.

Assim, o resultado das eleições e sua aceitação pacífica, até o momento, indicam um desejo da sociedade guineense em se estabilizar, reestruturar e efetivar as reformas. Malam Bacai Sanhá, que fora presidente interino após a guerra civil em 1999, é respeitado no interior do país e no exterior. O novo presidente passou décadas no centro do PAIGC e, embora o seu poder seja constrangido por aquelas questões relacionadas às milícias, drogas e violência, esta pode ser a melhor opção para o país, atualmente. Opção essa respeitada e apoiada pela comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

BERNARD, Emanuelle. “Guinea-Bissau: drug boom, lost hope”. Democracy News Analysis, 13/09/2008. Disponível em:
<http://www.opendemocracy.net/article/guinea-bissau-drug-boom-lost-hope>
Acesso em: 10 ago. 2009.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. Lusotopie. Disponível em:
<http://www.lusotopie.sciencespo-bordeaux.fr/cardoso.rtf> Acesso em: 10 jun. 2009.

GUINÉE-BISSAU: dépasser la logique des armes. Briefing Afrique N°61, 13 juillet 2009. Disponível em:
<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=6177&l=2> Acesso em: 15 ago. 2009.

LOPES, Carlos. “Governabilidade na África: uma preocupação real ou falsa?: O caso dos países africanos de língua portuguesa”. IN Flávio Arlanch Martins de Oliveira (Org.). Globalização, Regionalização e Nacionalismo. São Paulo: UNESP, 1998.

MAP OF FREEDOM 2009. Disponível em:
<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=22&year=2009&country=7619> Acesso em: 09 ago. 2009.

MONCRIEFF, Richard. “Guinea-Bissau: the post-election test”. Democracy News Analysis. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net> Acesso em: 13 ago. 2009.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes & PEREIRA, Analúcia D. “A política africana do governo Lula”. NERINT. Disponível em:
<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf> Acesso em: 13 ago. 2009.

RESUMO

O simples fato de as eleições na Guiné-Bissau, realizadas em 26 de julho passado, se encerrarem de forma pacífica, por si só já é uma vitória do povo guineense. O imediato período anterior foi marcado por uma série de assassinatos políticos, incluindo o do General Batista Tagme Na Waie e do presidente, João Bernardo Vieira (noite de 2 de Março) que puseram em xeque (mais uma vez) a democracia no país. Assim, a própria aceitação da derrota, por parte do candidato Kumba Yala (ou simplesmente Ialá) – figura política volátil, ex-presidente entre 2000 e 2003 – da vitória do candidato Malam Bacai Sanha (apoiado pelo PAIGC), com 63,31% dos votos, é motivo de otimismo na comunidade internacional. O novo presidente, que tomará posse em 8 de setembro de 2009, escolheu o reformista Carlos Gomes Júnior como seu primeiro-ministro.

PALAVRAS-CHAVE

Guiné-Bissau; Eleições; PAIGC.

ABSTRACT

The mere fact that elections in Guinea-Bissau, held on the 26th of July, finished in a peaceful manner, is in itself a victory of the Guinean people. The immediate previous period was marked by a series of political assassinations, including that of General Batista Tagme Na Waie and President João Bernardo Vieira (the night of March 2) that put into question (yet again) the country's democracy. Thus, the very acceptance of defeat by the candidate Kumba Yala (or simply Ialá) - a volatile political figure and former president between 2000 and 2003 - in the face of the victory of Malam Bacai Sanha (supported by PAIGC) with 63.31% of the votes is cause for optimism in the international community. The new president, who takes office on September 8, 2009, chose the reformist Carlos Gomes Junior as his prime minister.

KEYWORDS

Guinea-Bissau; Elections; PAIGC.